

Rede de Educação Cidadã - 10 anos de história de Educação Popular: sonhos e possibilidades de uma Política Nacional de Educação Popular.

“O Brasil será Nação se tiver desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade. E nesta tarefa, vocês da Rede de Educação Cidadã/Talher têm um trabalho especial a fazer: mobilização e educação popular”.

Luís Inácio Lula da Silva
(sistematização Vamos Lá Fazer O Que Será)

1. Apresentação

Celebrar, comemorar, festejar, é trazer à memória acontecimentos, fatos, é buscar a história, e assim recordar olhando para a caminhada. É se alegrar e envolver pessoas, ideias, vontades. Celebra-se um sonho, uma conquista a partir da ousadia humana de alguém que, não teve medo de assumir riscos, que teve paixão, encanto, que acreditou no sonho a partir do encontro, que teve fé no outro e na outra e no amanhã.

Pensar na comemoração dos 10 anos da Rede de Educação Cidadã-Recid significa refletir sobre a prática, aprendizados, os acúmulos ao logo desses anos. Representa buscar as vivências de uma década tomada pelo encanto, paixão, motivação, construção, sonhos e esperanças renovados. São 10 anos de história, marcados por encontros e desencontros, persistência, alegrias, sonhos interrompidos. Por isso, comemorar é também fazer memória aos/as companheiros/as que ajudaram a tecer e fortalecer os fios coloridos dessa rede, aos companheiros/as que nos deixaram o legado, de que é preciso continuar perseguindo o sonho e seguir com a luta.

Neste momento, não podemos deixar de lembrá-los pela contribuição que deixaram, afinal, alguns se foram em nome da luta e na caminhada da educação popular. Lembrar também de educadores/as do Talher Nacional, Comissão Nacional, Secretariado da Recid, do Instituto Paulo Freire, entidades e coletivos estaduais, centenas de voluntários/as, grupos de base, Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Geral da Presidência da República, Centro de Assessoria Multiprofissional-CAMP e Secretaria de Direitos Humanos-SDH, que juntos/as contribuíram e contribuem para a afirmação da Recid ao longo dessa caminhada.

A Rede de Educação Cidadã nasce num momento especial na história do país, onde a esperança procurou vencer o medo, a sociedade queria trilhar por novos caminhos, buscava mudanças frente ao modelo político econômico que prevalecia no país, já que este estava esgotado, estagnado, gerando mais desemprego, fome, aumentando as desigualdades sociais, era o momento de frear a política neoliberal.

Partindo do princípio de que mudança exige ousadia, coragem, determinação, construção, em 2003, o povo optou por fazer mudança no país e nesse contexto, elege um trabalhador para conduzir politicamente o país – Luís Inácio Lula da Silva é eleito

Presidente do Brasil, um sonho concretizado, fruto da luta da classe trabalhadora e a perspectiva de um novo projeto político econômico para dar novos rumos ao Brasil. Em seu discurso de posse, o Presidente Lula enfatiza, *“o povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome”*.

O convite é aceito. Há uma expectativa de transformar o Brasil na nação sonhada ao longo da história. E como diz Paulo Freire, *“os sonhos surgem como anúncio, a partir da denúncia. O sonho como profecia, que se estabelece a partir da idealização do novo, do mundo que se quer viver. É visitar o amanhã a partir do hoje.”*

É no contexto de um governo que faz opção pelo povo empobrecido, que não tem comida na mesa, que precisa ser “cuidado”, escutado, convidado a fazer parte da construção da história, que nasce a Rede de Educação Cidadã e que, desde o momento em que nasce sua práxis teve como base, a concepção dialógica do sujeito.

Este texto apresenta a Rede de Educação Cidadã, sua trajetória histórica e como buscou sua afirmação, no contexto dual, governo e sociedade civil construindo processos de educação popular. Traz os acúmulos e os desafios a partir dos processos vivenciados nesses 10 anos, assim como ousa afirmar que legado quer deixar como marca de sua década de construção pedagógica no campo da educação popular.

A elaboração do texto se deu a partir da leitura dos processos sistematizados de forma coletiva ao longo desses anos, como os dois livros: Vamos lá fazer o que será; Pé dentro, pé fora na ciranda do poder popular; cartilhas para desenvolver o trabalho de base; o Projeto Político Pedagógico; cartas pedagógicas; relatórios, como também, traz elementos dos diálogos, das experiências, das escutas a partir dos processos pedagógicos desencadeados e fortalecidos nos mais diferentes espaços espalhados pelo país onde a Recid está. Também se buscou alguns teóricos para dar sustentação conceitual, logo, é uma construção coletiva. Tem a pretensão de convidar você que acredita na educação popular como instrumento pedagógico para mudança social, a lê-lo nos mais diferentes grupos, refleti-lo e assim, afirmar e fortalecer a educação popular, a organização social e a luta popular.

2. A Rede de Educação Cidadã - RECID

Fruto da ousadia e teimosia humana, da crença na força da mobilização de homens e mulheres que não se prenderam aos limites da burocracia do Estado brasileiro, nasce a Rede de Educação Cidadã. Uma experiência inovadora no campo do diálogo governo e sociedade civil, uma proposta nova muito por conta da opção política de um governo que pautou garantir ao povo, um espaço para articulação, mobilização e assim, contribuir com sua organização a partir de um amplo processo de educação e reflexão.

Em janeiro de 2003, o Presidente Lula, anuncia *“enquanto houver um irmão ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu*

governo, um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida”.

Para compreender o processo de construção da Rede de Educação Cidadã, é fundamental que façamos uma breve retomada histórica de como nasce o Gabinete de Mobilização Social e Educação Cidadã em 2003. Para conduzir a política do combate à fome, é criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA e os instrumentos como: Conselho Operativo– COPO, o Programa de Ação Todos pelo Fome Zero – PRATO, Agentes de Segurança Alimentar – SAL, e o TALHER – uma equipe constituída por educadores/as populares, militantes ligados ao Gabinete de Mobilização social e educação cidadã, coordenados por Frei Betto, que tinham a missão de chegar até as famílias mais pobres, começando pelo semi-árido nordestino, anunciando a proposta do Programa Fome Zero, assim como, reforçando a importância do povo no comando de seu destino.

“Meu propósito era introduzir no Fome Zero, que se empenha em saciar a fome de pão, uma ferramenta capaz de aplacar também, na medida do possível, a fome de beleza. E, do ponto de vista social e político, fazer com que seus beneficiários, o contingente de menor renda do Brasil, passassem do individualismo à cidadania, de alvos de políticas públicas a sujeitos, atores sociais capazes de, não apenas produzir a própria renda, mas também um novo modelo de sociedade: o outro mundo possível”.

(Frei Betto, apresentação do Vamos Lá Fazer o Que Será, 2006).

Neste sentido, caberia a equipe do Talher, saciar a sede de beleza, de cidadania, de direitos sociais do povo sofrido e miserável. Era necessário regar a sede de formação, participação, organização social e política, e de controle social.

Em 2003, no 2º semestre, acontece em Belo Horizonte/MG no período de 20 a 24 de outubro, o primeiro encontro Nacional do Talher. O encontro contou com a participação de 180 representantes de todos os estados brasileiros, com o objetivo de construir a partir de um trabalho solidário, células de poder popular com capilaridade em disputa entre o modelo tradicional e o modelo solidário. É a partir deste encontro, que de fato, se afirma o nascimento da Rede de Educação Cidadã. O processo a partir desse momento seria que cada estado montasse sua equipe para a mobilização, nascendo assim, os Talheres estaduais.

Constituída a Rede de Educação Cidadã, o Talher - uma articulação de diversos atores sociais, entidades, movimentos populares e governo federal que assumem a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular, através do diálogo e da participação ativa na promoção dos direitos humanos e superação da miséria, afirmando e propondo um projeto popular, democrático e soberano de nação. Assim, era preciso chegar às famílias em vulnerabilidade social, famílias beneficiárias do programa bolsa família e junto com elas, criar caminhos para superar principalmente a insegurança alimentar em que se encontravam e a partir do amplo processo de formação, organizá-las no sentido de buscar alternativas para gerar renda e assim saírem da situação em que se encontravam.

Em 2004, no mês de maio, educadores/as voluntários se encontram em Luziânia/GO, no 3º. Encontro nacional da Recid com o objetivo de elaborar uma metodologia para realização de oficinas de educação popular. Elabora-se a cartilha Fome Zero – um mutirão pela vida, para ser disseminada junto ao público do Programa Fome Zero, como também para encantar o povo brasileiro a fazer parte da mobilização que naquele momento tomava conta dos/as militantes sociais, dos movimentos sociais, da sociedade civil organizada, das igrejas, estudantes, jovens, religiosos/as, escolas e universidades, o momento era para conhecer a proposta e assim fortalecê-la.

Ainda em 2004, novembro, acontece o IV encontro Nacional da Rede de Educação Cidadã, também em Luziânia/GO. A conjuntura é para chamar os representantes dos Talheres estaduais e juntos/as, refletir acerca do Brasil que temos e, o Brasil que queremos, assim como fazer estudo e refletir sobre a história do Brasil e o sentido de Nação. É necessário refletir em torno do projeto Recid e o porquê de ser uma rede que deve caminhar com os movimentos sociais, com os grupos organizados e não organizados. Afirma-se, sua missão, organização e formação a ser desencadeada, para construção do projeto popular para o Brasil. Que caminho pedagógico seguir? Não tem outro caminho a não ser com a educação popular, pedagogia que nasce na América Latina, por conta da luta social do povo, uma educação pensada para construir com o outro, a outra.

Apesar da equipe do Talher Nacional e educadores/as populares começarem a refletir sobre a missão, papel e a importância de uma política de formação que desperte novos sujeitos históricos, sabem que os desafios postos à Recid são muitos. É nessa conjuntura que seu idealizador, Frei Betto, pessoa que acreditou na forma como a Rede de Educação Cidadã se constituía, deixa o governo, e para seu lugar convida o Assessor Especial e membro da equipe Nacional do Talher, Selvino Heck.

Mesmo numa conjuntura de mudanças internas, a Rede de Educação Cidadã, dá continuidade à defesa da construção de um Projeto Popular para o Brasil, tendo como ferramenta, a metodologia da Educação Popular transformadora. Neste sentido, em 2005, a Recid define para seu campo de formação três linhas de ações para ser desencadeada por todo o país como:

- Consolidar a Rede de Educação Cidadã, para isso, é necessário que se estructure e amplie seu trabalho em articulação com os movimentos sociais, redes e fóruns para seguir com a mobilização social e organização de um sistema de comunicação para a rede.
- Democratizar o acesso e fazer controle social das políticas estruturantes de superação da miséria e fome, para isso, busca fazer o levantamento e divulgação, perceber as demandas e necessidades das famílias e grupos prioritários do Programa Fome Zero. É necessário fazer articulação com parcerias no sentido de viabilizar o acesso as políticas estruturantes e fortalecer os processos de participação cidadã.
- Formação de educadores/as populares e agentes multiplicadores/as: formação, nucleação e organização das famílias na base, com realização de encontros nacionais, regionais, estaduais e oficinas.

E assim, em janeiro de 2005, no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS, a Recid afirma seu primeiro programa de formação junto a um número significativo de

educadores/as das Recids estaduais. Caberia a esse coletivo de educadores/as, chegar às famílias em vulnerabilidade social um processo sistemático de formação e organização que perpassa pelo mapeamento, integração, estudo da realidade, aprofundamento do conhecimento, organização para a ação e a criação de núcleos de ação popular, o que possibilitou fazer um bom trabalho com nucleação de famílias e populações tradicionais. Estava garantido recurso via convênio para desenvolver ações de base e contratação de educadores/as populares, uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e o Instituto Paulo Freire-IPF.

O ano de 2005 também foi marcado por ações em parcerias com outros espaços de formação no campo popular. Para isso, cursos foram realizados para os/as educadores/as populares no campo da educação popular, comunicação popular, rádios comunitárias (nas cinco regiões do Brasil), economia solidária em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES, e com a TV banco do Brasil (Programa Ponto a Ponto), onde se debatiam temas que dialogavam com a vida do povo e o fazer pedagógico da Recid, criação de um site próprio, participação ativa no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Conseas estaduais.

Ainda em 2005, se pautou investir na formação sistemática tanto em nível nacional, quanto junto às equipes estaduais. Era importante refletir a partir da realidade local em consonância com a conjuntura macro, além de fomentar debates em torno da formação do povo e sua história, do desenvolvimento do Brasil, assim como aprofundar a educação popular e outros temas que dariam sustentação pedagógica. Para isso, se aposta nas leituras de teóricos que fazem nova interpretação do Brasil como: Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Darcy Ribeiro, Josué de Castro, Caio Prado Junior, Paulo Freire e outros/as.

Em 2006 destaca-se o processo organizativo clareza no direcionamento político e pedagógico. O Talher Nacional e os Talheres estaduais a partir de então, pautam o debate em torno do processo de coordenação e organização da Recid. Os/as educadores/as populares, não se sentem representados pelo governo na coordenação da Recid. É preciso pensar como a sociedade civil pode ser representada na coordenação nacional do projeto. Começa o debate em torno da Comissão Nacional, espaço político onde a sociedade civil se sentiria representada. O debate pé dentro, pé fora, ganha força no conjunto da Rede de Educação Cidadã.

E chega-se ao final do primeiro mandato do governo Lula. Neste sentido, a Rede de Educação Cidadã, uma experiência de diálogo governo e sociedade civil, que juntos buscam realizar processos formativos no campo da educação popular para fomentar a participação social e outra cultura política no Brasil, pauta escrever sobre essa experiência, olhando para os acúmulos, conquista e os desafios postos a Recid.

E assim, nasce o primeiro processo de sistematização coletivo, tendo como parâmetros refletir, fazer um balanço dos primeiros quatro anos da experiência de mobilização social e educação popular vivenciados pela Recid no governo. Os/as educadores/as embalados/as pelo convite animam o processo, cantando *“ontem um menino que brincava me falou, que o hoje é semente do amanhã, para não ter medo que este tempo vai passar, não se desespere, nunca para de sonhar, nunca se entregue, nasça sempre com amanhã, deixe a luz do sol, brilhar no seu do céu olhar, fé*

na vida, fé na gente, fé no que virá, nos podemos tudo, nós podemos mais, vamos lá fazer o que será”.

Partindo da escuta do trabalho de base e de forma coletiva, nasce a sistematização: *Vamos lá Fazer o que Será*. Esta sistematização não ficou somente na escrita. Buscou-se sistematizar de forma lúdica a expressão dos sentimentos a partir da vivência da educação popular e do cotidiano das pessoas. O vídeo *Vamos lá fazer o que será*, confirma, a Recid está construindo com o povo, por isso é necessário seguir cantando, vamos lá fazer o que será, enfrentando a burocracia do Estado, as amarras dos convênios e parcerias entre o governo e a sociedade civil.

No ano de 2007, Presidente Lula é reeleito e a certeza da continuidade da Rede de Educação Cidadã, não mais no Gabinete de Mobilização Social e Educação Cidadã, agora, uma ação ligada ao Gabinete do Presidente da República, um fato nada peculiar, porém é o que está posto. Neste sentido, os limites e desafios aumentam mais ainda. O momento era de ampliar o horizonte político da Recid, até então, articulada em torno da superação da fome e da miséria e das políticas públicas estruturantes propostas pelo Programa Fome no 1º. Mandato do Governo Lula. Sendo assim, as equipes do Talher Nacional e equipes estaduais começam uma reflexão em torno da continuidade da Recid, segue para quê? Como dar continuidade a sua missão no campo da educação popular? O que queremos construir? Com quem? O que fazer? É preciso deixar claro a intencionalidade política dos processos educativos desencadeados, é preciso refletir sobre o Brasil e seu projeto de desenvolvimento. Logo, é hora de estudar sobre o Brasil, sobre projeto de desenvolvimento e luta de classe, de aprofundar os pensadores da economia, da política, da educação popular, da formação do Estado brasileiro e seu povo. É preciso retomar o trabalho de base e fortalecê-lo.

Neste sentido, construir o Projeto Político Pedagógico a partir dos acúmulos e experiências iniciadas em 2003, traz a opção política e metodológica, princípios e diretrizes que passam a orientar o trabalho de base, tencionando-o para a construção do Projeto Popular para o Brasil-PPB.

O PPP foi consolidado em 2007 e afirmado no 8º Encontro Nacional, com participação de 300 educadores/as populares do Brasil. Caberia então a esses educadores/as, a missão de fazer com que a proposta do PPB, um projeto em construção e o PPP, fosse refletido junto aos grupos de base e coletivos estaduais e mais, que mediassem a construção dos planejamentos estaduais, o fazer pedagógico e a organicidade da Recid.

No período de 2008 a 2010 – o grito que ecoou nos espaços formativos como: encontros nacionais, regionais, estaduais, microrregionais e oficinas de base: “O povo que ousa sonhar, constrói o poder popular”. Construir o poder popular perpassa por aprofundar o estudo em torno da educação popular, sua história, princípios, concepção, metodologia do trabalho de base. O fazer pedagógico torna-se mais exigente e o desafio agora era a aplicabilidade dos 12 princípios (*compromisso com o projeto popular de nação; fortalecimento das lutas e dos movimentos sociais e populares; humanização das relações sociais e com o mundo, em sua dimensão integral (afetiva, cognitiva, transcendental, cultural, socioambiental, política e ética); defesa da biodiversidade e da natureza na perspectiva política e socioambiental sustentável; partir da realidade concreta enquanto compromisso com a diversidade; compromisso com o processo*

formativo para todos/as os/as envolvidos/as, garantindo a intencionalidade política deste, o exercício de papéis diferentes entre educadores/as e educandos/as, momentos de planejamento, de estudo aprofundado, de registro, de sistematização e de avaliação; dialogicidade; processo de educação popular como prática para a liberdade; compromisso com a emancipação popular; construção do poder popular, no exercício da transformação das relações de poder; Identidade, horizontalidade e organicidade da Recid; Vivência de uma mística da militância e mudança), e das 72 diretrizes. (ver no caderno do PPP, 2011). Então, como traduzir esses princípios e diretrizes numa linguagem lúdica e ao mesmo tempo política. Este é o desafio posto à Recid.

A conjuntura é de retomar a metodologia dos círculos de cultura, enquanto lugar de encontro para o diálogo, onde não há saber mais ou saber menos, há troca de saberes, das cirandas, das rodas de conversas, das cartas pedagógicas, de aprofundar o sentido do registro pedagógico e da sistematização.

Outro elemento que agregou e mobilizou principalmente em 2010, foi a participação dos/as educadores/as na I Conferência Nacional de Educação (Conae). Nesta, a reflexão em torno de pensar a educação popular numa perspectiva de política pública é fortalecida. Os/as educadores/as se preparam para ir para esse espaço, tendo-o como estratégico para pautar a educação popular na política de educação que dimensionaria a educação no país, para os próximos 10 anos. E assim, numa bonita mobilização e articulação com os movimentos sociais, movimento estudantil, educação do campo, fórum de educação de adultos, escola de formação da CUT, CONTAG, pauta-se no eixo I – O papel do Estado na garantia do direito à uma Educação de qualidade, pag, 29 – no documento final do PNE, a proposta, “considerando os processos de mobilização social nas últimas décadas, que visavam à construção da educação popular cidadã, formação da cidadania e dos direitos humanos, o novo Plano Nacional de Educação deve articular a educação formal com experiências de educação não formal, ou seja, as experiências de educação popular e cidadã, incorporando-as como políticas públicas”. Vencemos uma parte da batalha, e agora, que passos seguir e por onde seguir? Como fazer valer uma conquista escrita numa ação prática?

E fecha-se 2010 – ano de eleições em nível de estados e também Federal. Para os/as educadores/as da Recid, é um ano onde estes/as são novamente convidados/as a se debruçarem em torno dos processos vivenciados no período de 2007 a 2010 para sistematizá-lo. E como Paulo Freire dizia, *é na luta que se aprende, pois a luta é pedagógica*. É praticando a sistematização que se vai aperfeiçoando-a. Nesse ano, o conjunto da Recid assumiu para si, de forma concreta, o compromisso de construir coletivamente mais uma reflexão acerca de sua prática. O processo começa-se em Canoas/RS com estudo para aprofundar a concepção de educação popular. Este momento foi mediado por Conceição Paludo da Universidade Federal de Pelotas. O eixo da 2ª. sistematização foi: *como a Recid, por meio de suas práticas, vinha contribuindo no fortalecimento do poder popular*. Desse processo nasce o 2º. Livro - Pé Dentro, Pé Fora Na Ciranda do Poder Popular.

Neste sentido, os/as educadores a partir da realidade de cada estado, buscam fazer um recorte em torno de experiências de construção do poder popular que perpassa pelo fortalecimento da economia popular e solidária, de articulação em redes e fortalecimento das lutas, formação de núcleos e escolas de educação popular que fomentam consciências críticas, organização do trabalho de base e de grupos sociais.

Enfim, momento de cada estado, trazer de fato sinais vivos de que vale a pena a Recid seguir com sua proposta político e pedagógico, pois ainda há muito a caminhar.

Sistematizar as experiências é algo positivo, do ponto de vista da ousadia, pois como diz o educador popular João Francisco de Souza da Recid/RJ *“sistematizar é refletir ordenadamente a partir da nossa prática, submetendo tudo a uma crítica, problematizando e identificando os conflitos e contradições, analisando tudo o que fazemos, buscando os porquês e as relações entre as coisas. E é preciso que essa prática se faça de maneira coletiva, trabalhando juntos em ideias que nos ajudem a explicar o que temos feito. É processo através do qual recolhemos informações, refletimos e selecionamos o mais importante das experiências. Por isso se faz uma parada no caminho e se percebe a maneira como viemos atuando”*. (Pé dentro, pé fora na ciranda o poder popular, 2011).

2011 um novo governo e a continuidade do mesmo projeto de sociedade. É eleita a primeira mulher Presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff. O que muda nessa conjuntura para a Rede de Educação Cidadã? Há mudanças, conquistas e muitos desafios. Uma conquista perpassa pela constituição do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã na Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República. Partindo do princípio de que a missão da Secretaria Geral é promover a participação social como método de governo, articulando e fortalecendo as políticas públicas de juventude, o protagonismo dos movimentos sociais e das entidades da sociedade civil, a fim de impulsionar a organização popular e a disseminação dos valores democráticos, solidários, inclusivos e sustentáveis e da Secretaria Nacional de Articulação Social, ser espaço de diálogo entre sociedade civil e governo, atuando para o fortalecimento da participação social como método de governo.

Como fica fazer um acompanhamento de um trabalho em rede com uma equipe reduzida e numa nova conjuntura política? Como garantir qualidade na continuidade do processo de acompanhamento político e pedagógico a partir da nova realidade? No diálogo e pautado pela construção coletiva, busca-se novos caminhos para seguir sem que se perca na proposta pedagógica do projeto, como: reuniões nacionais ampliadas (duas ao ano), com a presença de um/a educador/a de cada estado, para juntos/as dividir tarefas, fazer acordos, avaliar e planejar as ações da Recid.

Em 2011, durante a IV Ciranda de Educação Popular, em maio, ocorre a construção do Plano Político Pedagógico e Organizativo para o triênio (2012 – 2014)¹, – da nossa diversidade, a força e a unidade para construir um projeto popular – este traz as políticas e diretrizes organizativas para o triênio, como também aponta as linhas gerais e os desafios postos à Recid para o seu programa nacional de formação, comunicação, organicidade, articulação política, gestão e sustentabilidade. Com políticas e diretrizes definidas para o triênio, o momento é de avançar e qualificar o trabalho de base e assim avançar com a formação política para mobilização e organização social, de retomar o debate acerca da política nacional de educação popular, tendo como estratégia a II Conferência Nacional de Educação Popular, partindo do que se garantiu como proposta no documento final do PNE (2010), articular processos de educação popular com os processos de educação formal.

1 Ver plano político pedagógico e organizativo da Recid para o triênio 2012-2014

E assim, motivados/as pelos 10 anos da Recid, seus processos e trajetória histórica, apontamos alguns acúmulos, aprendizados, mas também os desafios que estão postos à caminhada da Recid na construção do projeto popular para o Brasil.

3. **Aprendizados, acúmulos, desafios, legado da caminhada histórica:**

Segundo a tradução latim, legado vem da palavra legatus, ou seja, deixar algo de valor ou não. Não temos dúvidas que a Rede de Educação Cidadã ao longo de seus 10 anos tem contribuído para que a educação popular chegasse aos recantos mais distantes do Brasil, aos grupos que ao longo da história ficaram sem o direito à participação.

Na caminhada buscou acumular, fomentar, qualificar, reinventar um rico processo no campo da educação popular e direitos humanos, organização social, participação e controle social, soberania alimentar, economia solidária, comunicação e cultura popular, políticas públicas, contribuindo para o protagonismo popular de tantos segmentos como, mulheres do campo e cidade, juventudes do campo e cidade, ribeirinhos/as, pescadores/as, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco de babaçu, catadores/as de material reciclável, parteiras, ciganos/as, pequenos agricultores/as, trabalhadores/as rurais, seringueiros, extrativistas, acampados/as, assentados/as, povos de terreiros, grupos de economia solidária, bancos comunitários, associações e cooperativas, enfim, buscou estar com as pessoas e assim fazer um caminho pedagógico bonito e difícil, o da metodologia da educação popular.

De um extremo ao outro do país, ao longo desta última década, vêm se reinventando a cada dia, na esperança, no sonho e na vivência de processos coletivos. E no aprofundamento da educação popular percebe que outro mundo só é possível, se construído, a partir da realidade que é concreta. E essa realidade deve considerar a história do acúmulo de dois pés dentro da luta: um no governo e o outro na sociedade civil.

Entende e aceita como herança o legado de Paulo Freire e principalmente propõe com criatividade a vivência dos processos de educação popular crítica com os grupos que acompanha. Traz para o conjunto de sua experiência outras teorias que contribuem para o empoderamento dos mais empobrecidos deste país.

Reinventa a metodologia dialogando com os processos de economia solidária, com a agitação e propaganda, com o teatro do oprimido, etc. Aprofunda os debates em torno das alternativas frente ao capitalismo, a história das ideias e lutas sociais no Brasil, com as experiências de poder popular na América Latina. É na experimentação da práxis de educação popular que conhece e aprofunda sobre as concepções de educação no país e assume seu compromisso com a educação freireana.

Neste sentido, podemos apontar que a caminhada possibilitou aprendizados, acúmulos como:

- No aprofundamento em torno da educação popular, seus princípios e metodologia junto aos segmentos que compõe os coletivos da Recid (mesa de diálogos, roda de conversa, cirandas de educação popular, jornadas pedagógicas, cartas pedagógicas);

- Na construção coletiva e vivência de processos horizontalizados;
- Do diálogo e a partir deste, buscar a organicidade da Recid envolvendo na sua coordenação a representatividade de todos os atores/atrizes que a compõe;
- Na busca pela vivência da gestão compartilhada do recurso público e sua aplicabilidade;
- No fomento de escolas de educação popular itinerante e local para acúmulo do capital político;
- No incentivo aos educadores/as a darem continuidade a sua formação acadêmica;
- No protagonismo dos grupos de base, como catadores/as de materiais recicláveis; parteiras; pescadores; pequenos agricultores; juventudes; grupos de geração de renda, mulheres e outros, dando voz e vez para que possam dar rumos a sua história;
- Parcerias no campo formativo e mobilização com o movimento de economia solidária, movimento do campo e da educação popular em saúde.
- Nas parcerias com os pontos de cultura, contribuindo desta forma, para o resgate da auto-estima das pessoas, valorizando a cultura popular e a identidade cultural.;
- Incentivo aos educadores/as a reflitam acerca de sua prática e assim, buscar qualificá-la através dos momentos de sistematização, sendo estes/as, os atores/atrizes do processo;
- Fomento de projetos de geração de renda a partir dos processos formativos e educativos junto aos grupos de base.
- Fortalecimento de cooperativas de pequenos agricultores e associação de moradores.
- No campo do trabalho de base, podemos considerar que ao longo dos seus 10 anos, a Recid atingiu um público de aproximadamente 1 milhão de pessoas nos diferentes espaços geográficos do Brasil chegando numa média de 2.500 municípios.

Do ponto de vista dos desafios apresentados à Recid e por conta da sua proposta político e pedagógico na construção do projeto popular para o Brasil, apontamos alguns como:

- Considerando que um dos papéis da Recid é gerar processos de consciência crítica para a transformação social e o fortalecimento do Projeto Popular para o Brasil, faz-se necessário a ampliação do número de educadores/as contratados/as e assim, ampliar a capilaridade da Recid para chegar aos lugares onde a política assistencialista e paternalista se sobrepõem;
- Ampliar as parcerias com outros segmentos para fortalecer o tecido social, unir as bandeiras de luta, respeitando a autonomia de cada grupo social, mas caminhar juntos/as para dar sustentabilidade e ampliar a capilaridade do trabalho de base e educação popular, para fomentar as mudanças estruturantes;
- Avançar e qualificar a vivência da gestão compartilhada e assim fortalecer os coletivos estaduais, com formação continuada;

- Ampliar o diálogo e trabalho em redes;
- Fazer intercâmbio em torno de processos significativos estaduais, nacional e até mesmo latino americano;
- Ampliar o debate e fomentar parcerias com os pontos de cultura, com os tele-centros, com quem produz cultura, para que esta chegue aos lugares mais distantes do país, já que a cultura tem função social, possibilita e resgata a auto-estima das pessoas, fortalece a identidade cultural;
- Avançar no debate em torno da concepção da política nacional de educação popular;
- No fortalecimento dos espaços como conselhos, fóruns, conferências e outros, logo, da democracia participativa;
- Buscar caminhos para garantir a sustentabilidade para além de convênios;
- Buscar avançar na consolidação de uma cultura e de práticas de garantia e efetivação dos direitos humanos;
- Dar continuidade ao trabalho de base a partir dos princípios e concepção da educação popular, de forma qualitativa e sistemática para que as pessoas continuem sonhando e semeando esperanças;
- Articular as políticas governamentais como (Mais cultura nas Escolas, Alfabetização de Adultos, Educação Integral/MEC, Pai Legal (crianças que não consta no seu registro o nome do pai/SDH), Pontos de Cultura/MinC, ODM/SG, Arca das Letras-MDA), Centro de Formação de Formadores em Economia Solidária-CFES/SENAES, Educação Popular e Saúde/MS, com os processos de educação popular fomentados pela Recid.

Sendo assim, afirmamos que ainda há muito a fazer no campo da educação popular, mesmo que o país tenha mudado sua pirâmide social nos últimos 10 anos, com políticas inclusivas, ainda é perceptível a desigualdade social, econômica, cultural e regional. A luta de classe não pode ser negada, está posta, por isso, é necessário seguir na formação e trabalho de base junto ao povo e com o povo, com núcleos de educação popular para mobilização e organização social, para o fortalecimento das bandeiras de lutas em prol de mudanças necessárias para a conquista de políticas públicas que atendam aos interesses do povo, para efetivação de um novo projeto hegemônico.

4. Política Nacional de Educação Popular – do sonho a um legado possível dos 10 anos da Rede de Educação Cidadã.

Pensar uma política Nacional de Educação Popular é uma reflexão que leva a Recid a olhar sobre sua prática e os acúmulos ao longo dos seus 10 anos. Um debate que apareceu na Rede de Educação Cidadã, desde 2006 e ganha força durante a construção do Projeto Político Pedagógico em 2007 no 8º. Encontro nacional da Recid. Depois esse debate reaparece por conta da I Conferência Nacional de Educação em março de 2010, quando a Recid elabora um texto para debater e aprofundar a temática da educação popular como política pública. Ao mesmo tempo, elabora uma proposta para que esta apropriada pelos/as educadores/as fosse defendida nos espaços das conferências desde as etapas municipais, estadual e nacional.

O debate acerca da Política Nacional de Educação Popular é a síntese da natureza da Recid e perpassa por sua peculiaridade: “o pé dentro e o pé fora”. Governo e sociedade civil conjuntamente, realizando processos sistemáticos de educação popular.

Por isso, prosseguimos na história, onde cada tempo tem uma herança e sujeitos que ocupam uma posição protagonista, continuadores do que poderíamos chamar de processos de *des-envolvimento*. Em algum grau, todos nos envolvemos desfazendo a organização natural, construindo ou resgatando novas ou antigas formas de relações, contribuindo para esta versão de mundo que temos.

Neste sentido, a educação formal, que forma as pessoas à luz de teorias liberais e do senso comum, segue sobrefazendo a história oficial. Outros, descontentes com o que encontram, sonham com outras possibilidades e protagonizam a criação de novos processos, de diferentes lógicas e correntes. A Educação Popular tem essa prerrogativa: pensar diferente do senso comum, questionar, criar, sair da “*paz sem voz*”, enfrentar o medo, refundar a esperança. Pensar um projeto popular para o Brasil.

A RECID nos seus 10 anos compartilha com os parceiros/as parte da sua história, diante de novos desafios, contextualizados no cenário nacional e latinoamericano. Tem o compromisso e uma função intelectual e política. Uma posição crítica necessária para uma opção e ação eminentemente libertadora, sempre construída nos princípios do diálogo-coletivo-diverso, por isso, participativo e radicalmente democrático.

Após 10 anos de Educação Popular articulada, de um projeto nacional e governamental, é hora de aprofundar a reflexão, a partir de paradigmas emancipatórios. Quer dizer, pensar na fundação da Educação Popular como política pública, se isso for capaz de apontar rumos capazes de alavancar efetivamente a história, de forma a ser um marco de transformação profunda na lógica de desenvolvimento em marcha, sobretudo no continente latinoamericano, cruelmente marcado pela colonização e exploração da sua gente e da sua terra.

Mesmo com os avanços no Brasil, no sentido do reconhecimento dos direitos sociais, existem correntes ideológicas ameaçando o Estado laico, conseqüentemente, colocando em riscos direitos já adquiridos e avanços mais significativos. Ainda temos também grande parte da população que continua excluída, invisível, sem expressão, sem poder participar da história, nem se quer conhecê-la. São *indocumentados, longe dos olhos das políticas públicas que sequer têm conhecimento da existência deste leque de projetos que visam benefícios*. (*Diretrizes metodológicas e valores Projeto. E-DHESCA 2012*).

Não podemos nos omitir e, mais do que isso, precisamos nos posicionar firmemente em relação às questões ambientais. Muitas forças políticas estão fortemente comprometidas com o desenvolvimento econômico que não têm escrúpulos em relação ao mercado e seus investimentos estão atrelados, necessariamente ao retorno dos valores, com grande acúmulo financeiro e a qualquer custo humano-ambiental.

Quais as nossas contribuições para o Projeto Popular?

*“a gente vê, a gente ouve, a gente quer,
mas será que a gente sabe como é?”*

Não podemos olhar somente para nós mesmos. “O estudo da América Latina é essencial para nós, precisamos nos latinoamericanizar”. A América Latina tem uma história singular. Desde a sua colonização, vivemos sob o domínio do Departamento de Estado, das empresas multinacionais, da indústria cultural, e a influência política dos Estados Unidos.

Temos que ter o atributo do nacionalismo, porque o nacionalismo é uma força antieurocêntrica e, portanto, anticolonial, que é o que tem que definir uma esquerda. Temos que assumir nosso nacionalismo, mas tem que ser um nacional-popular, vinculado estruturalmente com as classes subalternas, com aqueles que nunca tiveram nada, a maioria do povo, e entendendo que estamos num conflito, que estamos atuando em um país marcado pelas desigualdades, apesar dos avanços.

Aqui não há as mediações que os nossos intelectuais e políticos observam na Europa ou nos Estados Unidos, há uma crise lá também. Se hoje temos uma esquerda aqui, esta está definida por estas três condições: é anti-imperialista, é nacionalista e tem que ser profundamente popular. Temos muitos mais direitos negados e violados em todo nosso continente. Um projeto com ações também articuladas com nossos vizinhos latino-americanos é fundamental. Assim como na economia, os blocos se fundem, precisamos aprender a formar nossos blocos de resistência e lutas extra-fronteiras, com as experiências de governos de esquerda, como na Venezuela, Bolívia, Uruguai, fortalecer os avanços e conquistas do povo antes subjugado pelos governos de elite, pode ser nossa oportunidade de construir um Projeto Popular para o Brasil, linkado com um projeto ainda mais amplo na América Latina.

A RECID já vem fazendo esse debate há algum tempo. Precisamos avançar, no sentido de botar na roda o tema do Projeto Popular, uma vez que, sabemos que queremos e precisamos, mas ainda não encontramos um caminho, a partir do qual se tenha luzes suficientes para iluminar sem que nos percamos entre as pedras, buracos, desvios e descaminhos. As características, já construídas, de fundamentação teórica existem e são de nosso conhecimento, por isso fazemos o resgate:

“Tanto teórica quanto na prática, a Rede de Educação Cidadã tem muito a contribuir com o Projeto Popular para o Brasil.” Em especial, sabemos de um importante documento interno que produzimos lá pelos idos de 2007, o Projeto Político-Pedagógico. Nele, defendemos uma compreensão de Projeto Popular que significa uma grande contribuição para a sua formulação. Segundo ela, são características do PPB:

1. Soberania no sentido da não dominação entre as nações no que se refere aos seus territórios, culturas, biodiversidade, recursos naturais e sobre seu destino histórico, garantindo a autodeterminação dos povos.
2. Compromisso com as diferenças e diversidades culturais, religiosas, pluriétnicas, sexuais, de gênero, enquanto construção e fortalecimento de

- novas relações humanas. Não se trata apenas de tolerar e respeitar as diversidades, mas, de compreendê-las como necessárias como um processo de libertação e, portanto, vivenciá-las e garantir que existam.
3. Democracia direta e participativa, compreendida enquanto igualdade de oportunidades sócio-econômicas e respeito ao ser humano em sua totalidade, pois isso pressupõe, primordialmente, mecanismos de participação direta, novos modos de representação, exercício de poder de cada um e cada uma e de um povo, sobre o destino da nação, assim como, a superação da relação de exploração entre os seres humanos.
 4. Exercício do poder popular, no sentido de termos a classe trabalhadora enquanto sujeito de um processo de libertação, para tanto, é necessário, o reconhecimento dos sujeitos enquanto classe, para o exercício da solidariedade de classe e a construção cotidiana de relações humanizantes de poder e, portanto, de novas relações culturais, econômicas, políticas, sócias e de comunicação.
 5. Processo emancipador e transformador, pressupondo a superação das relações de opressão por meio da construção de relações libertárias e da organização do trabalho de forma mais coletiva e distributiva.
 6. Organização social solidária da economia e da sociedade, que não permita a concentração de riqueza, desconcentre renda e os meios de produção e de comunicação, garantindo igualdade de acesso a bens materiais e imateriais, serviços e a riqueza produzida pelo povo, na perspectiva da construção do socialismo.
 7. Um projeto pautado em valores anti-capitalistas, compreendendo estes como base de um projeto contra-hegemônico. Relações pautadas na ética, no compromisso com a condição humana, de partilha, solidariedade e cuidado com a natureza, combatem, por exemplo, o individualismo, a competição, a indiferença e a depredação.
 8. Internacionalismo, compreendido como integração entre os povos que lutam por sua autodeterminação em todo o mundo.
 9. Democratização e controle social e comunitário dos meios de comunicação social e o protagonismo/liberdade das comunidades na produção de sua linguagem, simbologia e comunicação.

“não baixemos guarda, a luta não acabou” (criolo)

Temos hoje diante de nós um novo momento com a Educação Popular. Ser popular e estar, ao mesmo tempo, dentro de um programa de governo. Isso nos desafia a manter uma rigorosidade e coerência, sem se deixar levar pelos possíveis benefícios, com facilidades, com o acesso a recursos financeiros. Sabemos que a Educação Popular caminha à margem dos governos e do poder do capital. Portanto, para a experiência de compor um programa oficial de governo, precisamos manter as características que entendemos ser intrínsecas de um projeto popular para o país. Trata-se da antecipação de uma experiência prática das nossas teorias, talvez, considerar uma espécie de projeto piloto.

Mais do que conclusões, ainda temos muitas dúvidas e perguntas: Que riscos corremos, quais avanços garantem, se garantem e a que preço? Tem um preço? Seria a

Educação Popular capaz de, a partir de suas práticas, transformar as relações do Estado no que tange a garantia e efetivação de Direitos? Pode a Educação Popular contribuir para alterar as estruturas pesadas dentro do governo, no caminho da realização das ações na base, ou seja, junto aos grupos mais fragilizados e longe do alcance dos recursos do Estado? Onde estaria o fio que separa a Educação Popular do Estado(governo)? E nesse caso, como são tomadas as decisões, o que determina efetivamente as deliberações, com quem e onde está o poder?

Entendendo cada vez mais que quem faz e vive a Educação Popular tem legitimidade de falar sobre ela, também tem que ter o poder sempre em relação ao que se faz. Considerar que os princípios da Educação Popular estejam sendo observados, cumpridos, os mesmos princípios que elencamos para a construção de um projeto popular para o Brasil, sem isso, podemos estar distorcendo a Educação Popular e a usando como ferramenta de dominação, controle e poder sobre as classes populares organizadas, sobre os processos legítimos de educação popular.

Outra questão importante se refere aos grupos que compõe a RECID, representantes do universo que fazem da Educação Popular o seu jeito de resistir, transformar e construir direitos? Nesse sentido, podemos pensar também em quem seriam os “beneficiários” diretos da Política de Educação Popular? A quem ela se destinaria? Qual sua relação com as instituições de ensino? Incidirá ela nos currículos escolares/acadêmicos? Temos que considerar que a Educação Popular acontece, além da RECID e dos nossos olhos. Há um universo imenso de grupos pensando, se organizando e lutando para garantir direitos. De alguma forma precisariam também ser ouvidos. Seria a RECID uma experiência com acúmulos e representatividade ao que poderia ser o desdobramento de programas criados, a partir de uma política pública de Educação Popular no Brasil? As relações que estabelecemos internamente entre os atores envolvidos, Talher Nacional, Comissão Nacional e CAMP, além das práticas reais de Educação Popular que acontecem dentro desse processo, cumprem com os princípios teóricos que orientam a Educação Popular?

Enfim, acredita-se ser viável pautar uma política nacional de educação popular, mas é necessário aprofundar o debate acerca da concepção e intencionalidade que une a educação popular. Os questionamentos precisam ser feitos, para assim, se avançar no aprofundamento e chegar a constituir e aprovar uma política pública de EP, sem que a descaracterizemos e que esta, seja capaz de abarcar o universo de experiências vivas em nosso país. Essa política deve ajudar efetivamente, para a conquista e garantia de outros direitos, até os mais básicos, ainda não efetivados, ainda negados para muitos cidadãos/ãs nas mais diferentes situações conhecidas. E para terminar, lembremos daquele que começou Paulo Freire. Iniciou com uma prática-experiência de alfabetização de adultos, de forma que saíssem do estado de “oprimidos” sem se tornarem “opressores”. Este pode ser o nosso maior desafio!

O debate está posto, por isso, *“terra de avião é céu, terra de jangada é mar” e, para nós, terra da Educação Popular é _____?*

Por: Vera Lucia Lourido Barreto – Depto de Educação Popular e Mobilização

Cidadã/SNAS/SG-PR

João Werlang – Coordenador Pedagógico – RECID/CAMP

Paulo Matoso – Comissão Nacional

Referências consultadas:

Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas. Organização: Pedro Pontual e Timothy Ireland. 1ª. edição. Brasília, 2009

Paludo, Conceição. Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo editorial: Camp 2001.

Pé Dentro, Pé Fora na Ciranda da Educação Popular. Recid, 2011.

Projeto Político Pedagógico. Recid 2007

Vamos Lá Fazer o que será. Recid, 2007.

Texto: Educação Popular como política pública. Recid, 2009